

SEGURANÇA

O que fazemos em
Cabo Verde?



Banco Alimentar
contra a fome

3

Programas
Cantinas Escolares



6

Projecto
Ilha Verde

8

Segurança sanitária
dos alimentos

15



Alimentar e Nutricional

Hoje, já somos quase autossuficiente em feijões, legumes e frutas, ovos, carne. Já produzimos os cereais no Paraguai....

DI NÓS TERRA, PA NÓS MESA!

Porque CONSUMIR produto Made in Cabo Verde?

É melhor para a tua saúde, é mais fresco, tem mais sabor, uma qualidade muito superior e são mais nutritivos.



Editorial

Por Osvaldo Chantre*

Segurança Alimentar é considerada uma prioridade do País.

Cabo Verde é um País estruturalmente dependente do estrangeiro para o abastecimento de produtos alimentares, particularmente, cereais, e vulnerável às conjunturas internacionais. As mudanças agro - climáticas bem como, flutuações de mercados externos, contribuem para a extrema vulnerabilidade do país, do ponto de vista alimentar.

O défice estrutural da produção nacional de alimentos, principalmente os cereais e consequentemente a forte dependência do mercado internacional para suprir as necessidade alimentares e a situação sócio-económica de uma franja importante da população, que possui uma baixa renda, são considerados factores determinantes para que a insegurança alimentar constitua uma questão de natureza estrutural em Cabo Verde.

Pelas razões acima mencionadas, a segurança alimentar foi sempre considerada uma prioridade nas grandes orientações políticas de desenvolvimento do país pelos sucessivos governos. Em 2002, a fim de diminuir a insegurança alimentar e criar condições para uma segurança alimentar sustentável, o País aprovou a sua Estratégia Nacional de Segurança Alimentar para o período 2002-2015 cujo objectivo principal é *“garantir à população, o acesso contínuo à alimentação suficiente, segura e nutritiva, sem prejudicar a satisfação das outras necessidades básicas.”*

Dado a novos desafios do País e ao contexto internacional, no que diz respeito a segurança alimentar e nutricional, com o apoio técnico/financeiro da FAO, fez-se a actualização da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN), prolongando actualização sua vigência para o horizonte 2020. A ENSAN horizonte 2020 tem como acento principal, a inclusão do direito do Homem à alimentação adequada (DHAA), de modo a torná-la mais consentânea com as preocupações atuais em matéria da gestão da segurança alimentar e nutricional à escala global, regional e local. Durante a sua actualização não se deixou de reconhecer o importante papel da agricultura familiar na segurança alimentar e nutricional, enquanto modalidade de agricultura que garante cerca de 99% da produção local de alimentos em Cabo Verde, sem descuidar a importância do sector da pesca.

De igual modo, e como espaço regular para o exercício do diálogo intersectorial no domínio da Segurança alimentar e Nutricional, considera-se ser um grande passo, a implementação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN).

Do ponto de vista institucional a sua instalação responde a necessidade de concertação e de governança na implementação da ENSAN horizonte 2020 e do seu instrumento, por excelência, o Plano de Ação Nacional de Segurança alimentar e Nutricional para o período 2014-2016 (PANSAN 2014-2016).

**Secretário Executivo do Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional*

Segurança Alimentar e Nutricional em Cabo Verde

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a segurança alimentar só existe quando uma família tem acesso físico, social e económico à alimentação adequada, suficiente e nutritiva para todos os seus integrantes.

Mas falar da segurança alimentar é falar também, de um conjunto de normas de produção, transporte e armazenamento de alimentos visando determinadas características físico-químicas, microbiológicas e sensoriais padronizadas, segundo as quais os alimentos seriam adequados ao consumo. Estas regras são, até certo ponto, internacionalizadas, de modo que as relações entre os povos possam atender as necessidades comerciais e sanitárias.

Genericamente pode-se descrever a segurança alimentar como “conceito de que um género alimentício não causará dano ao consumidor quando preparado e/ou ingerido de acordo com a utilização prevista”. Tendo em conta tudo isso, a segurança alimentar é vista como objeto de política pública.

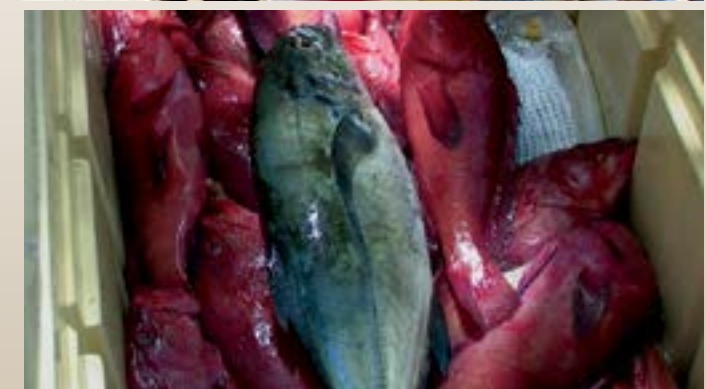
A ideia de que *“antigamente comíamos de tudo e nada nos fazia mal...”* também deve ser repensada segundo as actuais condições.

A luta contra a fome/insegurança alimentar no país não é recente. As acções do Governo para assegurar a segurança alimentar e nutricional remontam os anos pós independência, altura em que foram implementadas, a começar, a Frente de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO), enquanto instrumento para garantir o acesso económico das famílias aos bens de primeira necessidade, bem como o estabelecimento da Comissão Nacional para a Segurança Alimentar (CNASA) e o Sistema de Informação para a Segurança Alimentar (SISA). Tratam-se de medidas que numa perspectiva normativa visam assegurar o direito à alimentação que, a despeito de não estar contemplado na Constituição de Cabo Verde, constitui um direito fundamental de todo ser humano consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

A criação da então, Empresa Pública de Abastecimento (EMPA), que consistia em assegurar de uma forma sustentável a disponibilidade de alimentos a preços uniformes a todo o país foi também uma das medidas tomadas para que, todos e de igual forma, pudessem ter acesso ao bens de primeira necessidade.

Em 2004 o assunto voltou à agenda com a aprovação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar para o período 2002-2015, cujo principal objetivo é assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas.

Acriação, no seio do Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR) da Direcção de Serviços de Segurança Alimentar (DSSA), actual Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN), vem servir como instrumento de implementação e monitorização das políticas públicas de Segurança Alimentar e



Nutricional e ,recentemente, foi instalado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional enquanto instância superior e especializada de carácter consultivo em matéria de políticas e programas de segurança alimentar e nutrição.

Com a mobilização governamental e civil nos últimos anos, o País evoluiu muito no combate à insegurança alimentar e nutricional.

De acordo com o Secretário Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional, Osvaldo Chantre os dados apontam que, mesmo com os avanços, o meio rural continua sendo ligeiramente mais afectado que o meio urbano, com taxas de 11,1% de desnutrição crónica e 3,1% de desnutrição aguda.

Segundo o mesmo, de acordo com o “Cadre Harmonisé” de análise, instrumento de análise de segurança alimentar utilizado na subregião, embora ainda em fase de construção e aperfeiçoamento e recentemente num exercício realizado com o apoio técnico e financeiro do CILSS (Fevereiro de 2014), revela que, a nível nacional, há indício significativo de melhoria da situação de segurança alimentar do país. Apenas 7% da população encontra-se em situação de insegurança alimentar e 12% em risco de insegurança alimentar.

“A desnutrição infantil é um indicador que tem diminuído ao longo dos tempos, embora em alguns indicadores ainda representa um desafio para o país. De acordo com os dados do IPAC 2009, a taxa de desnutrição crónica em crianças menores de 5 anos é de 9,7% e de desnutrição aguda 2,6 %. A insuficiência ponderal, tanto no meio rural como no meio urbano, melhorou com taxas de 7,2% e 3,0% respetivamente em 2009, quando comparada com as de 2006 (10%; 7,5%)”, adiantou Osvaldo Chantre.

Embora a evolução seja notável existe ainda no país a prevalência da anemia ferropriva nas crianças menores de cinco anos, apesar de se verificar uma diminuição em mais de 20% entre 1996 e 2009, ainda constitui um problema de saúde pública - cerca de 52% das crianças menores de cinco anos eram anémicas em 2009.

O direito de exigir um produto de elevada qualidade e sem riscos para a saúde é também uma responsabilidade e um dever de toda a cadeia alimentar. Da agricultura à casa do consumidor, todos os intervenientes devem estar conscientes dos perigos existentes e aplicar acções que reduzam a existência desses perigos.

No fundo, *não nos podemos esquecer que todos somos consumidores, portanto, todos temos o direito de exigir produtos alimentares seguros para nós e para os nossos.*



Segurança Alimentar é uma área transversal que abrange vários setores, desde a agricultura, pecuária, pescas, transformação, transportes, comércio, educação, saúde, emprego, etc.

GCI - Em que situação se encontra Cabo Verde, no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional?

Segundo o Inquérito Sobre a Vulnerabilidade Alimentar das Famílias (ISVAF-2005), cerca de 20% dos agregados familiares rurais vivem em situação de insegurança alimentar, sendo 13% na forma moderada e 7% severa. Em situação de risco de insegurança alimentar encontram-se cerca de 11% das famílias rurais do país.

Realça-se que segundo o “Cadre Harmonisé” de análise, instrumento de análise de segurança alimentar utilizado na subregião, e ainda de acordo com os resultados de um exercício realizado com o apoio técnico e financeiro do CILSS (Fevereiro de 2014), na cidade da Praia, há indício significativo de melhoria da situação de segurança alimentar do país. Apenas cerca de 7% da população encontra-se em situação de insegurança alimentar e 12% em risco de insegurança alimentar.

A desnutrição infantil é um indicador que tem diminuído ao longo dos tempos, embora em alguns indicadores ainda represente um desafio para o País. De acordo com os dados do IPAC, publicados em 2009, as taxas de desnutrição crónica e desnutrição aguda, em crianças menores de 5 anos é de 9,7 e 2,6%, respectivamente. O meio rural continua a ser ligeiramente mais afetado que o meio urbano, com taxas de 11,1% de desnutrição crónica e 3,1% de desnutrição aguda. A insuficiência ponderal, tanto no meio rural como no meio urbano, melhorou com taxas de 7,2% e 3,0%, respetivamente em 2009, quando comparada com as de 2006

(10%; 7,5%). Quanto a prevalência da anemia ferropriva nas crianças menores de cinco anos, apesar de se verificar uma diminuição em mais de 20% entre 1996 e 2009, ainda constitui um problema de saúde pública. Cerca de 52% das crianças menores de cinco anos eram anémicas em 2009.

GCI – Existe uma controvérsia entre a fome e insegurança alimentar em Cabo Verde. Como classifica a situação do país nesse aspecto e qual a diferença entre esses dois conceitos?

Para começar devo dizer que não é só em Cabo Verde, que esses dois conceitos se confundem. São de facto, dois conceitos diferentes.

Cabo Verde classifica-se, em matéria de segurança alimentar, como um país onde há insegurança alimentar, e onde a fome não constitui um fenómeno e veremos mais a frente porquê!

A escala de classificação dos indicadores de resultados de segurança alimentar, é composta por cinco fases e a fome constitui a última, seguido da fase de emergência que normalmente se verifica em situações extremas, em casos de catástrofes naturais, instabilidades políticas, sociais e económicas, guerras etc. portanto do ponto de vista macro, estas são algumas razões que nos leva a dizer que o fenómeno fome não constitui realidade em Cabo Verde.

Quanto a diferença entre os dois conceitos, *a fome no sentido figurado, ela significa falta, penúria, mingua e miséria*, mesmo havendo ajudas humanitárias, em cada cinco famílias pelo menos uma encontra em situação de jejum, privação total de acesso a uma alimentação adequada que por vezes conduz ou resulta em morte.

A Insegurança alimentar é a condição em que as pessoas estão incapacitadas de adquirir alimentos suficientes em qualquer momento.

As escalas de insegurança alimentar vão de situações de alimentação segura para fome em larga escala. Tanto carestia como fome estão enraizadas na insegurança alimentar. Insegurança alimentar pode ser categorizada como crónica ou transitória. Insegurança alimentar crónica traduz-se em uma grande vulnerabilidade para fome, (FAO). A insegurança alimentar crónica, refere-se a falta persistente de



Osvaldo Chantre
Secretário Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional

acesso aos alimentos e a insegurança alimentar transitória, refere-se à falta temporária de acesso aos alimentos e é frequentemente causada pela ocorrência inesperada de um choque.

E relativamente aos níveis ou graus de insegurança alimentar, existe a insegurança alimentar na forma moderada, crítico/severa, extrema/urgência e finalmente a fome.

Insegurança alimentar moderada, significa que o acesso à alimentação começa a ser limitado e com algum risco de deterioração da situação alimentar.

Insegurança alimentar severa, significa que a insuficiência já é de alguma forma aguda e com sério risco da população cair para a fase extrema.

Insegurança alimentar extrema, significa que a insuficiência é grave, começa a registar alguma mortalidade, malnutrição é muito elevado e há uma perda de todos os meios de existência.

Fome, significa falta total de acesso à alimentação, com registo grave de perturbação social e deslocação massiva da população e esgotamento total dos meios de existência.

GCI - O que é que o Governo tem feito para garantir a segurança alimentar e, desta forma, erradicar a fome/insegurança alimentar?

Penso que, onde estamos hoje prova que

a questão da segurança alimentar constituiu sempre uma preocupação constante dos sucessivos governos. Para minimizar a insegurança alimentar, várias medidas foram implementadas desde a independência, começando pela Frente de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO), enquanto instrumento para garantir o acesso económico das famílias aos bens de primeira necessidade, passando pela criação da Comissão Nacional para a Segurança Alimentar (CNASA) e do Sistema de Informação para a Segurança Alimentar (SISA). Tratam-se de medidas que numa perspectiva normativa visam assegurar o direito à alimentação que, a despeito de não estar contemplado na Constituição de Cabo Verde, constitui um direito fundamental de todo ser humano consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

A criação da então Empresa Pública de Abastecimento (EMPA), que consistia em assegurar de forma sustentável a disponibilidade de alimentos a preços uniformes a todo o país foi uma outra medida adoptada, sem se esquecer da aprovação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar em 2004 para

o período 2002-2015, cujo principal objetivo é assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas.

A criação, no seio do Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR) da Direcção de Serviços de Segurança Alimentar (DSSA), actual Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN), como instrumento de implementação e monitorização das políticas públicas de Segurança Alimentar



e Nutricional e a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Novembro de 2013, enquanto instância superior de carácter consultivo em matéria de políticas e programas de segurança alimentar e nutrição, foram, igualmente, uma outra medida adoptada.

Penso que de uma forma geral, Cabo Verde tem assumido vários compromissos nacionais, regionais e internacionais, entre os quais a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP), assente na concretização do princípio fundamental do Direito Humano à alimentação adequada, que permitiu o País em final de 2013, com o apoio técnico e financeiro da FAO, atualizar a sua Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o horizonte 2020, com enfoque para o direito humano à alimentação adequada DHAA.

GCI - O país está a trabalhar na implementação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Cabo Verde - CNSAN. O que é que se pretende com a criação desse Conselho?

Como referi antes a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), ocorreu a 13 de

Novembro de 2013 e com duas reuniões realizadas no mesmo ano.

Como sabe a segurança alimentar é uma área transversal que abrange vários setores, desde a agricultura, pecuária, pescas, transformação, transportes, comércio, educação, saúde, emprego, etc. e constitui um desafio de gerações, cujo equacionamento reclama a responsabilização de todos e requer uma ampla base de concertação e de sinergias, que envolve o Governo, as autarquias locais, as organizações da sociedade civil e o sector privado.

Sendo assim, o CNSAN dada a sua natureza de âmbito consultivo sobre as grandes opções da política

e de cooperação entre as entidades e organizações públicas que intervenham nos domínios da segurança alimentar e respectiva relação com a política nacional de desenvolvimento, para que de facto se promova uma boa governação a nível do sector, é imprescindível que exista no país.

GCI - Fale-nos um pouco sobre o programa "Fome Zero".

Fome Zero foi um programa do governo federal brasileiro que foi criado em 2003, em substituição ao Programa Comunidade Solidária que fora instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, para combater a fome e a miséria. Até Dezembro de 2002, o Programa Comunidade Solidária esteve vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República, e foi presidido pela então primeira-dama do país. De acordo com o site do programa, no Brasil existem 44 milhões de pessoas ameaçadas pela fome. O Programa Fome Zero consiste num conjunto de mais de 30 programas complementares dedicados a combater as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar.

GCI - Como surgiu a iniciativa da realização, em Cabo Verde, do

IV Simpósio Internacional sobre a Segurança Alimentar e Nutricional que mais valia trouxe para o país.

A iniciativa de acolher a organização do IV Simpósio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável (SADS) da CPLP, redenominado IV Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Sustentável (SANDS) da CPLP, são por várias razões a indicar:

- Dar a continuidade aos anteriores Simpósios realizados em Luanda, Brasília e Bissau, em 2007, 2009 e 2010, respectivamente.

- O compromisso de assumir o interesse em caminhar e contribuir para um processo continuado de discussão e de acção nesta área considerada a pedra angular de desenvolvimento de qualquer país.

- Dar a conhecer o que de melhor se tem feito nesta área em termos de investigação, de pesquisa & desenvolvimento (tanto a nível teórico como de aplicação prática em programas e projectos) e de formação/educação nos vários países da Comunidade e do Mundo.

De uma forma geral, considero que o IV Simpósio de SANDS em Cabo Verde, trouxe, sem dúvida, muitos benefícios ao País e a comunidade em geral, entre os quais podemos destacar alguns:

Permitiu um maior estímulo e dinâmica de se trabalhar em rede. As instituições técnicas, académicas, políticas e a população em geral mais sensibilizada, ficaram mais capacitadas e conscientes da problemática da situação existente no espaço da CPLP. Proporcionou ainda a divulgação da boa experiência do País em matéria de políticas alimentar e nutricional e respectiva implementação, no domínio público e privado.



Situação Nutricional em Cabo Verde



A Nutrição é um processo biológico em que os organismos (animais e vegetais), utilizando-se de alimentos, assimilam nutrientes para a realização de suas funções vitais e a boa nutrição depende de uma dieta regular e equilibrada, ou seja, é preciso fornecer às células do corpo não só a quantidade como também, a variedade adequada de nutrientes importantes para seu bom funcionamento. Como é que Cabo Verde está em matéria da nutrição?

O país não está imune aos problemas da má qualidade nutricional, principalmente tratando-se de crianças (anemia, carência em vitamina A, iodo, etc) mas pode-se dizer que o país já sofreu mais. Devido a esses problemas nutricionais, o Governo de Cabo Verde criou o Programa Nacional de Nutrição (PNN) que desde 1988 tem trabalhado a problemática da má nutrição.

Actualmente o PNN constitui uma das áreas prioritárias da Direcção Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Irina Spencer, Nutricionista – responsável pelo Programa Nacional de Nutrição adiantou que o Ministério da Saúde tem um Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS) 2012-2016 no qual definiu como meta para a nutrição, eliminar os distúrbios devido à carência de iodo no seio da população, reduzir até 20% a prevalência de anemia nas grávidas e nas crianças menores de cinco anos, reduzir em 20% a taxa de anemia entre os alunos do ensino básico, eliminar uma deficiência de vitamina A entre as crianças menores de cinco anos, aderir todos os Hospitais, Centrais e Regionais, à Iniciativa Hospital Amigo da Criança, criar o Banco de Leite Humano, etc.

Em matéria de nutrição, ao longo dos anos houve várias intervenções desenvolvidas para a promoção da saúde nutricional,

prevenção e tratamento da má nutrição e das carências em micronutrientes, traduzindo assim em melhorias significativas dos indicadores, comprovados pelos dados dos inquéritos.

Estudos recentes relativos à prevalência da malnutrição, realizados no país, revelaram uma diminuição da malnutrição crónica e aguda. A malnutrição crónica em menores de 5 anos evoluiu de 16,2% em 1994 para 14,5% em 2006 e para 9,7% em 2009.

A má nutrição aguda aumentou de 5,6% em 1994 para 6,4% em 2006, mas observou-se uma diminuição acentuada para 2,6% em 2009.

Referente à carência de iodo em crianças de idade entre 6 e 12 anos, estudos (1996 e 2010) revelaram que Cabo Verde realizou progressos importantes na luta contra os distúrbios devidos a carência em Iodo (DDCI). A situação passou de uma classificação de endemia moderada com uma prevalência de bócio global endémico da ordem dos 25,5%, para deficiência ligeira de 7,6%.

De acordo com os estudos realizados sobre a anemia ferropriva em menores de 5 anos, esta evoluiu de 70% em 1996 para 52,1% em 2005, e manteve-se em 52,4% em 2009, enquanto nas grávidas passou de 42% em 1992 para 43,2% em 2005 (IDSR II).

Actualmente a luta contra a anemia é um dos maiores desafios no campo da nutrição, sendo que os dados da prevalência está acima do limite que a OMS considera como um grave problema de saúde pública ($\geq 40\%$).

Em relação ao aleitamento materno exclusivo, até à idade de 6 meses, os estudos encontraram taxas de 38,9% em 1998 [], 59,6% em 2005 (IDSR II) e 40% em 2009 (IPAC).

Hábitos alimentares dos Cabo-verdianos

Foram feitos estudos em Cabo Verde para saber quais os hábitos alimentares dos Cabo-verdianos e as condições nutricionais da população. De acordo com o relatório sobre análise dos dados de consumo alimentar em Cabo Verde do Inquérito sobre as Despesas e Receitas Familiares (IDRF) de 2001/2002, verificou-se que a nível nacional o consumo alimentar médio era de 1950 Kcal/Pessoa/dia. Este valor encontrava-se abaixo da necessidade energética média (2190 Kcal/Pessoa/dia) e acima do valor da necessidade energética mínima (1760 Kcal/Pessoa/dia).

Relativamente a distribuição dos macronutrientes, o hábito alimentar dos Cabo-verdianos baseia-se nos carboidratos (principalmente cereais) e lipídios, e o consumo de proteínas de origem animal é bem baixa. Detalhadamente, mostra que os Cereais são a principal fonte de energia dos Cabo-verdianos; o consumo de gorduras ultrapassa o recomendado pela OMS; os produtos açucarados são bastante consumidos; o consumo de frutas, legumes e tubérculos é bem abaixo do recomendado pela OMS; o peixe, apesar da sua abundância em Cabo Verde, representa apenas uma pequena fatia dos alimentos consumidos. No entanto é a principal fonte de proteína animal na dieta do cabo-verdiano.

Cabo Verde, por ser um país insular, apresenta particularidades de cada região. E a alimentação não foge à regra. Por exemplo o consumo de carne vermelha, e seus derivados, é mais acentuado nas regiões de Sotavento. Para além da região, a cultura (mitos, crenças, costumes) também influenciam a escolha dos alimentos.



Boa Nutrição – um exercício desde o berço



A alimentação é um grande determinante na saúde, por isso é importante que desde cedo cuidemos dela.

Questionada sobre quais os alimentos essenciais a serem consumidos desde a infância, a Nutricionista Spencer garante que, o primeiro alimento a ser referido é o leite materno, como sendo o primeiro e único alimento da criança do nascimento aos 6 meses de vida (denominado aleitamento materno exclusivo), de acordo com as recomendações da OMS.

Aos 6 meses de vida, iniciar a alimentação complementar, ou seja continuação do aleitamento materno (até 2 anos, segundo a OMS) com a introdução de novos alimentos. Segundo a mesma, a introdução desses alimentos devem ser de forma gradativa.

A amamentação é uma forma insubstituível de fornecer o alimento ideal para o crescimento e desenvolvimento saudável dos lactentes. A sua ausência (antes dos 4 meses) e a introdução de outros alimentos à dieta da criança durante esse período, são frequentes, e resultam em alguns problemas para a saúde do bebê, tais como: exposição a agentes infecciosos, prejuízo da digestão e assimilação de elementos nutritivos.

O Programa Nacional de Nutrição trabalha a vertente sensibilização para o aleitamento materno até aos 6 meses de vida da criança incentivando, os Hospitais do país a aderirem à iniciativa “Hospital amigo da criança” criada pelo UNICEF para promover, proteger e apoiar o aleitamento materno. O objetivo é mobilizar os funcionários dos estabelecimentos de saúde para que mudem condutas e rotinas responsáveis pelos elevados índices de desmame precoce.

Irina Spencer acredita que, “durante a fase de crescimento e desenvolvimento é necessário estabelecer bons hábitos alimentares, que continuarão na adolescência e na idade adulta.”

Nutrição: como melhorar resultados!

A Nutricionista Irina Spencer deixou algumas dicas:

- Reconhecimento da nutrição como uma prioridade, principalmente no que se refere ao reforço dos recursos humanos e recursos financeiros;

- Continuação dos reforços de articulação intra e inter sectorial; ou seja, a nível operacional, as orientações que saem do nível central sejam aplicadas e implementadas a nível local, com respostas directas;

- Desenvolver e reforçar ações que garantem o controlo e a segurança sanitária de alimentos bem como a prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais;

- Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em todos os níveis de Atenção à Saúde;

- Instituição de Processos Permanentes de Educação Alimentar e Nutricional;

Algumas outras recomendações no que diz respeito a alguns determinantes da nutrição:

- Promover o Direito Humano a Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional;

- Contribuir para a melhoria das condições de acesso a água, ao saneamento básico e outros componentes de bem-estar pelos agregados familiares;

- Aumentar a produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens;

- Melhorar o rendimento das populações vulneráveis para o acesso financeiro aos alimentos.



Segurança Sanitária dos alimentos



A regulação da segurança sanitária de alimentos em Cabo Verde tem tido uma longa caminhada.

Ela é estabelecida através de regras de conduta para os regulados, sendo somente uma das vertentes da regulação (latu sensu), que também abrange a implementação das regras, a sua supervisão e o sancionamento das infrações às mesmas.

Garantir a Segurança Sanitária dos Alimentos (SSA) significa a garantia de que os alimentos são seguros e não são prejudiciais à saúde do consumidor. Esta diz respeito a todos os riscos, crónicos ou agudos, susceptíveis de tornar os alimentos prejudiciais à saúde do consumidor.

É caracterizado «como controlo de Alimentos» «toda a actividade obrigatória e necessária para garantir a qualidade e inocuidade dos alimentos».

A Resolução nº71/98 de 31 de Dezembro do CM ditou a criação da ARFA, num contexto de mudanças estruturais na economia de Cabo Verde e da necessidade de consolidação de um Estado moderno por uma política regulatória integrada, de

funcionamento independente, consonante com a privatização do mercado, com o fomento da concorrência e do interesse dos cidadãos.

A ARFA tem como missão regular tecnicamente e economicamente, Alimentos e Produtos Farmacêuticos, tendo em vista garantir a população de Cabo Verde o seu acesso com qualidade e Segurança.

Na área alimentar, compete a ARFA regulamentar a provisão e gestão de stock mínimo de produtos alimentares de primeira necessidade como o arroz, açúcar, feijão, óleo, leite em pó, milho e trigo, regular os requezitos técnicos aplicados à produção, importação, exportação, distribuição e comercialização, elaborar códigos de boas práticas no âmbito das suas atribuições, inspecionar os locais de fábrica, armazenamento, distribuição e venda de produtos alimentares, regulamentar os requezitos técnicos de licenciamento sanitário dos estabelecimentos de transformação, conservação, armazenagem, distribuição e confecções de produtos alimentares para consumo humano, enquanto condição necessária para o licenciamento da actividade, sem prejuízo das competências atribuída outras

entidades, entre outras.

Em Maio de 2013, a ARFA é fundida com a Agência Nacional de Segurança Alimentar e confirmada na sua finalidade principal de regulação técnica e económica dos sectores farmacêutico e alimentar.

Os principais desafios da agência, neste momento, consistem na questão da gestão do controlo que será resolvida com existência duma política nacional de Segurança Sanitária e Alimentar e na reestruturação do Sistema Nacional de Controlo de Alimentos, na melhoria do quadro regulamentar e dos sistemas de regulação e Inspeção, no licenciamento Sanitário bem como, na consciencialização do consumidor das suas obrigações como consumidor “inspector”.

A ARFA tem como visão para o Futuro “garantir a segurança sanitária dos alimentos produzidos, processados e comercializados em Cabo Verde a fim de assegurar a protecção da saúde pública e os direitos dos consumidores, bem como, favorecer o desenvolvimento competitivo da indústria de alimentos. Isto através de um sistema moderno, integrado, eficiente e eficaz de controlo tirando de aí os Principais Ganhos”

IV SIMPÓSIO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ÂMBITO DA CPLP

PRAIA, 13 A 16 NOVEMBRO 2013



Cabo Verde foi palco do IV Simpósio sobre a Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Sustentável no âmbito da CPLP, realizado de 13 a 16 de Novembro de 2013 . Um evento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Rural com o patrocínio da FAO.

O IV Simpósio sobre a Segurança Alimentar, Nutricional e Desenvolvimento Sustentável da CPLP veio dar continuidade aos anteriores Simpósios sobre a Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável, realizados em Angola, Brasil e Guiné Bissau, nos anos de 2007, 2009 e 2010, respectivamente, e assumir o interesse em caminhar e contribuir para um processo continuado de discussão e de acção em torno desta problemática, de forma a manter e estimular a dinâmica necessária para transformar o caminho já percorrido, com grande impacto real na vida das comunidades em Cabo Verde e em todo o espaço da CPLP.

Para o Primeiro Ministro “ser da CPLP não se limita apenas a ter a mesma língua

ou outras similares, mas sim buscar plataformas de convergência”. Segundo o mesmo, “o estar reunido no IV Simpósio só prova que os países dessa comunidade pretendem, juntos, procurar soluções eficazes para a segurança alimentar.”

O Primeiro Ministro alertou que é preciso haver um maior reforço entre os países da comunidade da CPLP, estar mais atento as questões de acesso aos alimentos tendo como alvo, os grupos mais vulneráveis, sem deixar de salientar os grandes ganhos do país em matéria de mobilização de água, que por sua vez tem influenciado o aumentando da produtividade do país.

A Ministra do Desenvolvimento Rural, Eva Ortet ressaltou o grande desafio que existe em garantir a todos e de forma regular, condições de acesso físico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para a satisfação das necessidades mas convicta de que, juntando esforços esses desafio podem ser ultrapassados.

Na abertura do Simpósio, o Secretário Executivo da CPLP, Murade Murargy frisou que “este é um momento do renovar dos esforços dos países para a questão da segurança alimentar e que esta oportunidade deve ser aproveitada para

o enriquecimento técnico, científico e, quem sabe, para o surgimento de novas oportunidades de cooperação.”

A Coordenadora residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, Ulrika Richardson- Golinski realçou não somente o processo de instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Cabo Verde, inspirado nos acordos estabelecidos no âmbito da Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN –CPLP), mas também o apoio técnico e financeiro da FAO, no processo da revisão da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do país, baseado no Direito Humano à alimentação adequada com a garantia de que “será dada particular atenção às questões ligadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da nutrição, aspectos que como se sabe, constituem eixos da já mencionada ESAN – CPLP”.

Com a realização do IV simpósio pretendeu-se reforçar as instituições locais e sensibilizar os técnicos e a população em geral para os desafios e oportunidades que se colocam no contexto de sucessivas crises alimentares e económicas internacionais.



IV Simpósio sobre Segurança Alimentar e Nutricional

Reunião do Secretariado Técnico da Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP



Sob o tema de eleição da Presidência Moçambicana da CPLP (julho 2012/julho 2014), a IV Reunião do Secretariado Técnico da Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP decorreu em paralelo com o IV Simpósio sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Sustentável, iniciativa do Governo de Cabo Verde, realizado de 13 a 16 de Novembro na cidade da Praia.

Com esta iniciativa, o Governo quis mobilizar e promover discussão e acção, entre académicos, cientistas e cidadãos que podem contribuir para a melhoria da situação alimentar do espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Durante a IV reunião foi debatido o contexto actual e apresentado a proposta de Plano de Trabalhos a serem realizados de Novembro 2013 a Julho de 2014, assentes nos eixos da Governança, da melhoria das condições de vida dos grupos mais desfavorecidos e da Agricultura Familiar.

Todos os estados membros se fizeram representar pelos seus membros no secretariado técnico permanente de segurança alimentar, a excepção do Brasil que se fez representar pelo seu embaixador.



Manuel Lapão – Director Cooperação CPLP

“Durante os dois dias de reunião o secretariado técnico permanente teve a oportunidade de rever as decisões que foram aprovadas pelo 1º CONSAN em Maputo e teve a oportunidade de observar aquilo que foi o grau de implementação do plano de trabalho que foi aprovado em

Outubro de 2012 na 3ª reunião do secretariado técnico permanente que decorreu em Roma numa sessão paralela a trigéssima nona sessão do Comité Mundial de Segurança Alimentar.”



Nuno Vieira e Brito - Secretário do Estado da alimentação e da Investigação agroalimentar de Portugal

“A verdade é que a política da segurança alimentar é uma das políticas de independência nacional. Verdadeiramente nenhum país é independente se não tiver uma política de segurança alimentar e nutricional que consiga sobreviver e valorizar a sua população tornando-a mais justa e com menos dificuldades. Felicito o secretariado técnico pelas suas conclusões, felicitarei mais quando os resultados forem obtidos.”

Pontos focais de Segurança Alimentar - CPLP



Osvaldo Chantre - ponto focal de segurança alimentar Cabo Verde

“Foi produzido um plano de trabalho a ser concretizado até 2014, com actividades concretas e que vai dar um grande avanço para a implementação do ESAN - CPLP”

David Tunga – ponto focal de Segurança Alimentar Angola

“Podemos encontrar aqui o caminho para aproximação de posições mas sobretudo contribuir com as diferenças para o reforço da segurança alimentar e nutricional dos países membros da CPLP.

Sabemos que ao nível da comunidade existem países com uma vasta experiência na condução das questões sobre a segurança alimentar e nutricional. Portanto essa troca de experiência entre os vários representantes é bastante útil para todos nós.”



Edgar Cossa – ponto focal de segurança alimentar Moçambique

“É importante que esta reunião crie condições não só para questão da agricultura familiar mas olhando para aquilo que é um conjunto de necessidades de implementação das estratégias de segurança alimentar como, a governança da segurança alimentar em que é preciso, que a nível de cada um dos estados, haja uma estrutura política e virar um pouco mais para o problema de acesso dos alimentos aos grupos mais vulneráveis e que possamos assegurar uma maior participação dos estados membros, a nível do programa de alimentação nas escolas, de forma que os agregados familiares vulneráveis tenham acesso aos alimentos a todo o momento. A ideia é, conseguirmos assegurar, progressivamente, o direito a alimentação para todos os povos da comunidade.”

João Nunes da Silva – Portugal

“Esta reunião pretende reforçar esta componente da governança e da coordenação no âmbito da CPLP, para que os seus agricultores sejam estimulados e apoiados na produção dos alimentos necessários para o aumento da qualidade de vida e para o assegurar da segurança alimentar dos seus países.”

Mariano Assanami Sabino – Ministro da Agricultura de



Timor Leste

“É necessário que o plano de trabalho proposto pelo secretariado permanente seja aprovado a nível do Governo para que depois o mesmo seja integrado a nível ministerial de cada membro da CPLP.”

António Limbau – Vice Ministro da Agricultura Moçambique

“Apelo que todos nós, estados membros, com base no plano, demos o seguimento e acompanhamento necessário às actividades que devemos realizar para que possamos apresentar resultados positivos.”



Hélder Muteia – representante da FAO junto da CPLP

“Conseguiu-se produzir um calendário de trabalhos com actividades concretas. Claramente, vou reportar a sede em Roma para que naquilo que nos toca, como FAO, possamos apoiar para que essas estratégias possam avançar de forma consistente, segura e sólida.”

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Cabo Verde

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Cabo Verde – CNSAN é um órgão previsto na Orgânica do Ministério do Desenvolvimento Rural e surge como instância estratégica de formulação de políticas públicas com a finalidade de assegurar a articulação de políticas e a cooperação entre as entidades e organizações públicas e privadas que intervenham nos domínios da segurança alimentar e nutricional e respectiva relação com a política nacional de desenvolvimento.

O CNSAN foi instituído por meio do Decreto nº 10/2013, de 26 de Fevereiro. Instalado a 13 de Novembro de 2013, o Conselho é de carácter consultivo que funciona junto do MDR.

Entre as funções do CNSAN está a de oferecer um quadro de concertação e de reflexão sobre a política, programa e estratégia nacionais de segurança alimentar e nutricional, seguir e avaliar o impacto das políticas sectoriais sobre a estratégia de segurança alimentar e nutricional e propôr ao Governo orientações adequadas, avaliar regularmente a situação alimentar e nutricional das populações, propôr medidas e seguir sua implementação, entre outras.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CNSAN surge como resposta ao grande desafio do país, em assegurar de forma sustentável a disponibilidade e estabilidade de alimentos nos mercados, bem como facilitar o acesso físico e económico das populações aos mesmos.



Para Osvaldo Chantre, Secretário Executivo do Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional, dado ao fato de a natureza da segurança alimentar ser uma área transversal que abrange vários setores, desde a agricultura, pecuária, pescas, transformação, transportes, comércio, educação, saúde, emprego, etc, constitui um desafio de gerações, cujo equacionamento reclama a responsabilização de todos e requer uma ampla base de concertação e de sinergias, que envolve o Governo, as autarquias locais, as organizações da sociedade civil e o sector privado.

O CNSAN estimula que a sociedade civil participe da formulação, execução e acompanhamento de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Considera que a organização da sociedade é uma condição essencial para as conquistas sociais e para a resolução da problemática da insegurança alimentar.

Fazem parte do Conselho o membro do Governo responsável pela pasta da segurança alimentar, que preside, representantes dos sectores governamentais das áreas de agricultura, pecuária, pescas, ambiente, meteorologia, nutrição, educação, promoção social, e finanças e planeamento, representantes das instituições (ARFA, IGAE, IGQ, ANAS, FICASE, PNLP, INE), Protecção civil e ANMCV, Plataforma ONG's de Cabo Verde, Câmaras de Comércio Indústria e Serviços de Sotavento, Câmaras de Comércio Indústria e Serviços de Barlavento, Associação para a Defesa do Consumidor (ADECO), Federação dos Pescadores e o Banco Alimentar Contra a Fome de Cabo Verde.





É de pequenino que se torce o pepino

É extremamente importante inculcar noções e regras de alimentação saudável desde cedo. É nesta fase que se transmite a ideia do certo e do errado, do bom e do mau. A forma como nos alimentamos deve sempre fazer parte dessa aprendizagem. O que for assimilado desde a tenra idade, irá fazer parte da vida das pessoas em

idade adulta.

Uma refeição quente ou a distribuição de lanche nas escolas foi e tem sido uma tradição com os seus anos de história em Cabo Verde. Primeiro com a ajuda do Programa Alimentar Mundial (PAM) e actualmente com o “Programa Cantinas Escolares”.



Tendo como base a ideia que a escola constitui um espaço de aprendizagem e de preparação das crianças e adolescentes para a vida em sociedade e vista como uma oportunidade única para se abordar temas de interesse diversos, incluindo a promoção da alimentação saudável e da saúde, surge o programa conjunto “Apoio à segurança alimentar e nutricional nas escolas” que tem apoiado as instituições nacionais a implementar hortos nas escolas do ensino básico, com vista a apoiar no ensino não somente das disciplinas do currículo escolar, mas também, de temas extracurriculares, tais como, educação alimentar e nutricional, ambiental, produção de alimentos saudáveis, uso racional da água, entre outros. Mas antes disso, vejamos como é que as cantinas escolares eram apoiadas.

Trajectória dos programas de apoio às cantinas escolares

No ano de 1976, o Governo de Cabo Verde assinou um acordo de base de cooperação com o Programa Alimentar Mundial (PAM), que veio a materializar-se no ano 1979 com um projecto - piloto

das cantinas escolares, cobrindo 38 escolas (3.000 alunos). Este projecto experimental tinha como objectivo principal, prevenir os problemas de saúde e a ameaça permanente do abandono escolar. Devido aos resultados positivos atingidos nessa primeira fase, o projecto foi alargado, cobrindo em 1987 todo o país e todos os alunos do ensino primário.

No ano de 1983 foi criado o ICASE (Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar) que se ocupava da gestão das Cantinas Escolares e de outros programas socio-educativos e em 1987 o programa já tinha coberto a 100% as escolas primárias. 1996 foi o ano em que houve a primeira tentativa de retirada do PAM de Cabo Verde o que influenciou na alta taxa de abandono escolar a partir daí. Deste modo em 2001, o PAM foi solicitado, novamente, a retomar a assistência a todas as escolas visadas pelo programa de cantinas escolares, alargando ao ensino Pré-Escolar, beneficiando quase 100% das escolas e jardins infantis.

Cabo Verde assume “Programas Cantinas Escolares”

O Governo de Cabo Verde assumiu desde o ano de 2010 o “Programa Cantinas Escolares” e devido a isso, solicitou apoio das Nações Unidas com resposta favorável. Conjuntamente com o Ministério da Educação e Desporto, do Desenvolvimento Rural e da Saúde foi formulado pela Fundação Cabo-verdiana da Acção Social Escolar (FICASE) e pelas Agências das Nações Unidas, o Programa Conjunto “Apoio à segurança alimentar e nutricional nas escolas”. Financiado pelo Luxemburgo, o programa tem como objectivos, garantir o acesso dos alunos das escolas primárias e dos jardins infantis a uma refeição equilibrada e diversificada, manter elevada a taxa de escolarização e o sucesso escolar, contribuir para a qualidade de educação e rendimento escolar, melhorar o estado nutricional dos alunos e das suas famílias, melhorar o conhecimento dos alunos em matéria de alimentação e protecção ambiental e melhorar os hábitos nutricionais em Cabo Verde.

O programa visa ainda, apoiar e incentivar a organização dos produtores locais, com vista a abastecer de forma constante as cantinas escolares com produtos de origem nacional, como, legumes, frutas, feijões, pescado e carne, com o propósito de diversificar e melhorar a qualidade das refeições escolares. Desde o ano passado está sendo implementado um projecto-piloto nas 34 escolas da ilha de Santiago, São Vicente, Santo Antão e São Nicolau com o intuito de testar as várias modalidades de aquisição de alimentos de origem nacional para o abastecimento das cantinas escolares.

Visto que o projecto pretende incentivar a organização dos produtores locais, foram lançados concursos para a compra de feijões, frutas, legumes e peixe fresco para o abastecimento das escolas pilotos resultando na contratação de fornecedores privados e cooperativas agro-pecuárias para o fornecimento dos produtos às escolas pilotos da cidade da Praia, Sta. Cruz, S. Lourenço dos Órgãos e de S. Vicente.

As escolas foram incentivadas e apoiadas na criação de “hortos concelhos” visando o abastecimento das cantinas escolares com frutas e legumes de forma durável e sistemática.



No total foram instalados 46 hortos pedagógicos em 17 concelhos das ilhas de Santiago, Sto. Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Sal, Fogo e Brava tanto em terrenos agrícolas, como em caixas hidropónicas ou utilizando materiais reciclados como, garrafas, pneus, caixas, etc. Para garantir a sustentabilidade dos hortos escolares 163 professores, gestores, coordenadores pedagógicos e técnicos da FICASE foram capacitados sobre noções básicas de agricultura.

Os produtos dos hortos para fins pedagógicos são aproveitados nas cantinas escolares para enriquecer a dieta alimentar dos alunos e os professores têm aproveitado a oportunidade para fazer um trabalho de base com as crianças incentivando-as a comerem mais frutas, legumes, peixes, etc. É natural que de início não seja fácil para as crianças comerem logo de tudo, afinal com o tempo todos nós acabamos por nos tornar mais seletivos e exigentes, decorrente das incontáveis experiências sensoriais acumuladas ao longo da vida. Por isso os professores já estão conscientes de que a iniciação em tudo tem que ser de forma simples e amigável, pois principalmente, “um bom começo nos estimula ao aprofundamento num tema”.

Impactos da alimentação escolar a nível educativo

Os dados apontam que a taxa Líquida e Bruta de escolarização, actualmente, são de 95,4% e 111,6%, respectivamente, com uma taxa de abandono escolar, ao nível do Ensino Básico, de 1,6% e uma taxa de transição dos alunos do EBI para o secundário de 88%. De acordo com a Coordenadora do programa, Ana Paula Spencer “os resultados preliminares são encorajadores, entretanto, desafios associados ao alargamento da experiência piloto se colocam, devendo estes ser equacionados, no sentido de, entre outros, afinar/consolidar os modelos de aquisição e de planificar o roteiro de alargamento.”

No que concerne à qualidade dos serviços prestados pelas cantinas escolares (cozinha e armazém nas escolas), o Programa Conjunto, contribuiu para equipar 34 cantinas escolares em 5 ilhas (cada escola recebeu 1 kit de equipamentos e utensílios composto por arca e frigorífico, banca, estante, lava-loiça, corta legumes, passe-vite, e outros utensílios de cozinha), estabeleceu regras padronizadas de higiene e manipulação de alimentos nas cantinas escolares e realizou teste e capacitou 50 cozinheiras e responsáveis da cantina escolar em boas práticas de higiene e manipulação de alimentos, entre outras actividades.

Para terminar uma clássica pergunta: como fazer para atrair as crianças para o consumo de hortaliças e frutas e torná-los em potenciais novos consumidores?



Resposta: *estimular as pessoas ao consumo desde a tenra idade, para que aprendam a desvendar o sabor complicado/saboroso dos legumes. Amigavelmente, explicar os reais benefícios do consumo desses produtos e, tendo em conta que é um paladar em formação, nada de forçar o consumo. Simplicidade e diversão.* Recomendou a gestora da escola primária de Ribeira Seca. O programa tem a duração de 4 anos e visa contribuir para a manutenção dos ganhos obtidos em termos de escolarização, melhoria da qualidade da educação bem como, da segurança alimentar e nutricional dos alunos do Ensino Básico e dos jardins-de-infância.



O Programa da Caritas no Combate à Insegurança Alimentar

Identidade

A Cáritas é um organismo oficial da igreja católica criada em 1976 fruto de actividades de assistência às famílias em resposta às secas constantes que assolavam o país.

Foi esta característica que a configurou como responsável pela ação social tendo como domínio prioritário a segurança alimentar e nutricional das famílias, particularmente às mais vulneráveis, independentemente da religião, cor política ou filosofia de vida.

Missão

Tem como missão promover caridade, justiça social e solidariedade humana em todo território nacional, trabalho este feito por um conjunto de profissionais assalariados como animadores, coordenadores de programas e pessoas de afeto a área administrativa e financeira.

A partir de 1990 reconfigurou a sua lógica de intervenção, passando para uma abordagem de autonomização das famílias a fim de incentivá-las na produção de actividades de auto-promoção, nomeadamente, no que diz respeito ao aproveitamento de recursos como terreno para cultivo, águas e reciclagem.

Programa

Com o novo modelo, as intervenções passaram a incidir sobretudo na melhoria do estado nutricional das famílias, através da distribuição de farinha multimistura às crianças mal nutridas e na atribuição de vale alimentar como um ponto de partida do acompanhamento evolutivo das necessidades e capacidades das famílias.

Também fazem parte deste programa a criação de pequenas hortas familiares para a produção de legumes e folhas verdes (rendendo por ano cerca de 300 pequenas hortas familiares), alguns hortos escolares, plantações de árvores de frutas e de moringa bem como, formação sobre educação nutricional e alimentação alternativa tendo em vista a prática de uma alimentação saudável e equilibrada.

Uma outra intervenção da Cáritas recai no reforço das capacidades económicas e financeiras das famílias, por meio de concessão de créditos para atividades geradoras de rendimento, formação sobre gestão da economia familiar, formação profissionalizante (conservação e transformação de alimentos, artesanato), incentivo a criação de grupos de economia solidária e apoio aos grupos de economia solidária na construção de infraestruturas (currais, pocilgas, fornos, reservatórios, espaço de encontro) para o desenvolvimento das suas atividades.

Com o lema “uma só família, alimentação para todos” a Cáritas acredita que a alimentação não é apenas uma necessidade básica, é também um direito por isso não se pode deixar um membro da família a passar fome.



Banco Alimentar Contra a Fome de Cabo Verde

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente que lhe assegure a si e a sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda aos serviços sociais necessários”. O Banco Alimentar contra a fome surgiu para fazer valer esses direitos consagrados na carta universal dos direitos do Homem (artigo 25º).



Em Cabo Verde, esse Banco que é o 1º da África, chegou em 2012 através da Fundação Dona Ana, em parceria com o Banco Alimentar contra a fome de Portugal mas, foi a 16 de Outubro de 2013, dia em que se comemorou o Dia Mundial da Alimentação, que foi inaugurada a sua sede, num acto coo-presidido pela Ministra do Desenvolvimento Rural, **Eva Ortet**, e pela Presidente da Fundação DONANA, **Ana Maria Hopffer Almada**.

Trata-se de uma instituição de solidariedade social que luta contra o desperdício de produtos alimentares, para depois distribuí-los, de forma gratuita, às pessoas carenciadas.

De acordo com a Presidente do Banco Alimentar Contra a Fome de Cabo Verde, a organização é movida pelo intuito de “aproveitar onde sobra para distribuir onde falta ou evitar o desperdício de alimentos fazendo-os chegar às pessoas com maior carência alimentar no país”.

Os bancos alimentares vivem, sobretudo, dos excedentes da indústria e da agricultura das cadeias de distribuição, e “em Angola e Cabo Verde, bem como em outros países africanos e asiáticos, não há tantos excedentes, porque não há tanta produção, mas, sobretudo, porque existem mercados que absorvem eventuais excedentes”.

O que se faz aqui em Cabo Verde e nesses outros países é, por um lado, conhecer a rede de apoio social, e, por outro, tentar mobilizar empresas, pessoas e fundações que queiram apoiar, com alimentos, mas também com projetos de responsabilidade social que sejam mais estruturantes.

Segundo **Ana Hopffer Almada**, presidente da associação de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade em Cabo Verde, a iniciativa da fundação já permitiu a recolha e distribuição de cinco toneladas de alimentos a 5.000 pessoas.

O Banco Alimentar de Cabo Verde apoia, neste momento, 270 famílias de Santiago, onde recolhe e distribui, mensalmente, cerca de 270 cestas básicas, em vários concelhos da ilha de Santiago. O número de famílias a serem apoiadas tende a aumentar, embora esteja dependente da quantidade de recolhas. Todo o trabalho, segundo Ana Hopffer Almada, é feito com a

colaboração de cerca de 100 pessoas ligadas a 30 associações, em regime de voluntariado, para beneficiar e proteger famílias, sobretudo nos bairros periféricos da Cidade da Praia. “A recolha é feita em supermercados, duas vezes ao ano, pois o Banco Alimentar não pode fazer mais do que isso”.

Os bancos alimentares em todo o mundo recolhem e distribuem muitas dezenas de milhares de toneladas de produtos e apoiam as instituições de solidariedade social.

O primeiro Banco Alimentar foi criado nos Estados Unidos em 1966, chegou à Europa em 1984 e está em Cabo Verde desde 2012.

Para a Ministra do Desenvolvimento Rural, o objectivo contínuo é fazer de Cabo Verde, até 2015, um país seguro a nível alimentar e nutricional.

Até lá, **“todos os que vão às compras estão convidados a serem mais solidários e a partilharem um pouco daquilo que vão comprar com as pessoas mais pobres da sua região. Despertemos a generosidade da comunidade doadora um pouco por todo o mundo.”**



16 de Outubro de 2013, dia Mundial de Alimentação - acto de inauguração do Banco Alimentar

Projecto Ilha Verde

Nova fase para a Segurança Alimentar



Em 1984, Cabo Verde comprou um terreno no Paraguai, com uma área de cerca de 10.800 ha, com o objectivo de fornecer ao país, através da EMPA, bens alimentares e madeiras. Na altura eram produzidos alguns cereais, como o milho e o trigo.

É nesse contexto que posteriormente nasce o actual projecto “Ilha Verde”, que actualmente dispõe de 12.800 ha, dando início a um grande projecto de produção agrícola, fora do país.

Graças à perseverança de um grupo de empresários cabo-verdianos, que souberam desenvolver o projecto, Ilha Verde começa a dar os seus frutos.

Toda a produção que actualmente é feita no Paraguai, nomeadamente do trigo, arroz, milho, soja, cana-de-açúcar, mandioca, feijões, frutas entre outros, têm como destino Cabo Verde, onde servirá de matéria-prima para outras unidades de transformação agro-industrial, nomeadamente produção de óleo de soja, produção de farinhas para fins diversos, feijões enlatados, milho pré-cozido para cachupa, aguardente, entre outros.

Ilha Verde é vista como um impulso para a implementação de uma verdadeira indústria agro-alimentar em Cabo Verde, pois a partir desses cereais produzir-se-ão derivados como, o óleo e contribuir posteriormente para a balança da exportação e gerar mais empregos no país.

“Somos um país pequeno e pobre mas um país viável. Juntando os esforços podemos criar um centro de recolha de produtos e ser um grande centro de abastecimento do mercado para todos os países da CEDA O

e mesmo para a Europa” declarou o Coordenador da sociedade promotora do projeto, Adriano Pinto.

No Porto da praia foram instalados cerca de cinco silos, dotados de sistemas de carga, descarga e de pesagem, controlo das condições ambientais de armazenagem com capacidade de armazenagem de 20 mil toneladas e de movimentação em torno de 200 toneladas por hora.

“Dentro da óptica do abastecimento do mercado temos ainda o arroz, o trigo e num futuro bem próximo, a soja para alimentar a fábrica de óleo que já temos instalada para abastecer todo o mercado sem a necessidade de importação” frisou Pinto.

No final do ano 2013 as primeiras 15 mil toneladas de milho produzidas no Paraguai, foram descarregadas no Porto da Praia.



O engenheiro agrônomo Adriano Pinto acredita que *“este primeiro carregamento representa uma vitória para a equipa que está a trabalhar no Paraguai e para o país, dado que pela primeira vez o país está em condições de abastecer o mercado com a sua própria produção”*.

Para esse agrônomo essa é a prova de que o país rompeu com o passado e agora resta colher os frutos de toda a determinação e da vontade séria de fazer do país, um país, dentro do possível, independente a nível alimentar.

Os impactos do projecto já são visíveis. A garantia foi dada pelo Director da empresa Upranimal, Danilson Silveira. A UPRANIMAL é uma empresa de produção e comercialização de ração animal que desde 1995 está no mercado nacional.

“Actualmente temos registado uma diminuição de 12% do preço da ração animal, o que tem influenciado o aumento, tanto da produção como da compra de ração por parte dos clientes” disse Silveira.

Adriano Pinto adiantou que estão previstos novos recarregamentos para o abastecimento do mercado nacional. **Paraguai, denominada a 11ª ilha de Cabo Verde, promete garantir ao país a sua auto – sustentabilidade e consequentemente assegurar a sua segurança alimentar.**



2013 foi um ano de realizações para o MDR: Resolução do Conselho do Ministério

16 de Dezembro de 2013 foi um dia de intenso trabalho para os dirigentes técnicos do Ministério do Desenvolvimento Rural. Mas também foi um dia marcante, que mostrou que todas as actividades possíveis foram realizadas em 2013 para um desenvolvimento rural sustentado e, também, foi um dia de muita reflexão e projecção para os próximos desafios.

A 3ª reunião do Conselho do Ministério de Desenvolvimento Rural (CMDR) foi presidida pela Ministra Eva Ortet e teve lugar na ilha de Santiago com a participação dos dirigentes e técnicos representantes das diferentes Unidades Orgânicas do Ministério, para de entre outras tarefas, apreciarem o desempenho do Ministério, através de análise dos relatórios de actividades, orçamento, bem como participar na definição das orientações que norteiam as acções a serem desenvolvidas pelos diferentes Serviços do Ministério em 2014.

A nível de ganhos/concretizações, foram destacados os atingidos a nível do início e da conclusão de grandes obras de conservação de solo e água, entre os quais, a conclusão de 3 barragens, ordenamento de bacias hidrográficas, perfurações, reservatórios e diques, inauguração do Centro Pós-colheita da ilha do Fogo e o funcionamento efectivo do Centro Pós-colheita de Santo Antão, implementação, com sucesso, do Projecto “Relançamento da Cultura de Banana em Cabo Verde”, promoção do direito à alimentação e direitos sociais, com especial destaque para a realização do IV Simpósio da CPLP sobre a Segurança Alimentar e a Operacionalização do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, institucionalização da feira do agronegócio, estando em curso a organização da 2ª edição que, desta vez, contará com a participação de mais empresas nacionais e da CEDEAO, instituição dos 3 prémios do Agronegócio dentre vários outros ganhos do sector.

O Conselho do Ministério é um órgão consultivo de natureza técnica e administrativa com as atribuições fundamentais de participar na definição das orientações das actividades do ministério, na elaboração do plano de actividades e apreciar o respectivo relatório de actividades e pronunciar sobre a orgânica do ministério assim como, formular propostas e emitir pareceres sobre as questões ligadas a organização e funcionamento, regime do pessoal e as relações do MDR com outros serviços e órgãos da administração pública.

Inaugurações 2013



Rede de abastecimento de água de Varanda de São Miguel



Centro Nacional de Hidroponia



Centro Pós Colheita e Sistema Fotovoltaico CPV de Cotelto Jardim - ilha do Fogo



BARRAGEM DE SALINEIRO



BARRAGEM DE FAVETA



BARRAGEM DE SAQUINHO

Três Barragens na ilha de Santiago: Salineiro, Faveta e Saquinho



A fome afecta, actualmente, cerca de 250 milhões de pessoas na CPLP, das quais 28 milhões sofrem de desnutrição crónica. Destas, 98% encontram-se nos Países em vias de desenvolvimento. Paradoxalmente, 80% das pessoas que passam fome em África são agricultores.

Em Cabo Verde, embora a fome não seja um fenómeno, o estudo, ISVAF- 2005, aponta que cerca de 20% das famílias rurais cabo-verdianas encontram-se em situação de insegurança alimentar. A desnutrição infantil é um indicador que tem diminuído ao longo dos tempos, embora em alguns casos ainda represente um desafio para o País. De acordo com os dados do IPAC-2009, cerca de 52% das crianças menores de cinco anos são anémicas.

Como forma de mudar essa realidade, o país tem assumido vários compromissos nacionais, regionais e internacionais, como é o caso da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP), assente na concretização do princípio fundamental do Direito do Homem à alimentação adequada. A ESAN-CPLP definiu os eixos de intervenção prioritários, com maior destaque para o reforço da boa governação do sistema alimentar, o apoio imediato e sustentável às populações mais carenciadas e vulneráveis e o aumento da produção de alimentos com base em modelos de produção, processamento e distribuição sustentáveis e com ampla participação dos pequenos produtores agrícolas.

Através da Fundação Caboverdeana de

Ação Social Escolar - FICASE e do Ministério do Desenvolvimento Rural, Cabo Verde está a preparar uma campanha intitulada **“Juntos Contra a Fome! Alimentando a Esperança na CPLP”** que tem como principal objectivo angariar fundos das mais diversas origens, que permitirão financiar projectos que visam melhorar a segurança alimentar e nutricional e as condições de vida das famílias e comunidades rurais mais vulneráveis dos países que compõem a CPLP entre os quais, Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor. A campanha decorrerá de Junho a Agosto de 2014.

O fundo será constituído por contribuições voluntárias por parte do público em geral e das mais variadas entidades do mundo empresarial, político, artístico, desportivo e académico – através de donativos, realização de eventos desportivos, culturais e entre outros. O mérito e pertinência das propostas de iniciativa ou projeto a seleccionar serão analisadas com base em alguns pressupostos e as áreas de intervenção seleccionadas encontram-se divididas nos seguintes lotes: *Territórios Livres da Fome, Agricultores Sem Fome e Crianças com Futuro*.

As iniciativas e projetos que concorrem para o lote de atividades **“Territórios Livres da Fome”** devem promover o reforço da capacidade e participação social para a governança da Segurança Alimentar em linha com o princípio da

subsidiariedade vigente no eixo 1 da ESAN numa ótica do “aprender fazendo” e contribuir para a resolução de problemas específicos das comunidades locais.

As iniciativas e projetos que concorrem para o lote de atividades **“Agricultores Sem Fome”** devem visar o apoio à produção sustentável, processamento e comercialização inclusiva de alimentos pelos agricultores familiares.

Quanto as iniciativas e projetos que concorrem para o lote de atividades **“Crianças com Futuro”** tem que ter como foco a resolução de situações de subnutrição e fome de mães e crianças/jovens até 12 anos e ações de educação alimentar e nutricional.

Os beneficiários diretos das iniciativas serão famílias ou comunidades vulneráveis, em risco de insegurança alimentar, como pequenos agricultores e pescadores, quer individualmente quer congregados em associações/mecanismos representativos.

Os beneficiários indiretos serão instituições do poder local, escolas e/ou centros de saúde e associações, com quem os beneficiários diretos poderão estabelecer parcerias para ampliação ou multiplicação dos resultados da iniciativa ou projeto de que são beneficiários diretos. Na secção de apresentação da campanha o Secretário Executivo da CPLP, Murade Muragy reiterou a urgência na união de esforços para o sucesso da campanha salientando que “Juntos vamos longe”.



Centro Técnico de Cooperação Agrícola e Rural (ACP-UE) – CTA

Colecção Guias práticos do CTA, Nº 5

E-mail : cta@cta.int – Site Web : www.cta.int

Como fazer farinha de mandioca de boa qualidade

A mandioca tolera a seca, resiste a pragas e a doenças e é fácil de cultivar e de colher. Todas as partes da planta da mandioca podem ser aproveitadas. As folhas da planta da mandioca podem ser usadas para fazer sopa ou como forragem para o gado. Os caules podem ser usados para se plantar mais mandioca, para a produção de cogumelos ou como lenha. A raiz tuberosa pode ser consumida fresca ou transformada em farinha. A mandioca também pode satisfazer necessidades industriais como sejam a produção de biocombustível e de amido, utilizado na indústria de papel e na farmácia.

A farinha de mandioca de boa qualidade é fabricada um dia após se ter colhido a raiz tuberosa. É muito branca, tem um baixo teor de gordura, não é amarga como a farinha tradicional de mandioca fermentada, não transmite um cheiro ou sabor maus aos produtos alimentares e pode-se misturar muito bem com farinha de trigo para se fazer pão ou bolos.

O que é necessário para se fazer farinha de mandioca de boa qualidade

Para se começar com uma pequena empresa de fabrico de farinha de mandioca de boa qualidade, é necessário:

- um espaço para transformar a mandioca
- um armazém
- um lugar seguro para eliminar os desperdícios
- raízes de mandioca
- equipamento de transformação (faca, tigela, plataforma de secagem, raspador, prensa e moinho)
- pessoas qualificadas para operar as máquinas, assim como trabalhadores ocasionais para descascar, lavar, raspar, prensar, secar, moer, peneirar e empacotar.



Como fazer farinha de boa qualidade

Etapas 1: Selecção das raízes

Colha ou compre raízes de mandioca sãs, maduras, firmes, que foram colhidas há pouco tempo (frescas). Não devem apresentar pisaduras. A sua polpa deve ser branca, sem rachas e pouco fibrosa.

Etapas 2: Descascar a mandioca

Descasque as raízes, retire o caule e qualquer outra parte fibrosa utilizando uma faca afiada.

No caso da mandioca não ficar bem descascada, tal resultará num produto final com uma má coloração. A casca da mandioca depois de seca pode servir para alimentar o gado ou para fazer composto, por isso não a deite fora!

Etapas 3: Lavagem

Lave as raízes de mandioca descascadas com água limpa para retirar qualquer sujidade, como seja areia, terra, folhas ou outras impurezas.

Etapas 4: Raspagem

Raspe as raízes de mandioca com um pedaço

de ferro perfurado ou um raspador mecânico para obter uma pasta fina.

Etapas 5: Prensagem

Ponha a mandioca raspada num saco limpo, por exemplo um saco de juta ou de sisal, para deixar escorrer a água em excesso. Prensar o saco com uma prensa rotativa ou um macaco hidráulico para retirar o excesso de água até que a mandioca fique desfeita.

Etapas 6: Secagem

Estenda cuidadosamente a pasta prensada sobre uma folha limpa de filme plástico negro, colocada num local ligeiramente inclinado, ao sol. O melhor seria colocar este plástico sobre um suporte elevado e não directamente sobre a terra. Seque a pasta até que esteja farinhenta. Cubra-a com uma rede para a proteger contra moscas e pássaros. Se bem que os secadores solares, os fornos e os secadores de ar quente sejam um pouco mais caros, há uma maior garantia quanto ao processo de secagem e o produto tem uma melhor qualidade.

Etapas 7: Moagem

Moer a pasta de mandioca seca até obter farinha. Pode-se moer a mandioca usando um moinho de martelo.

Etapas 8: Peneiramento

Utilizando uma peneira, fabricada artesanalmente, peneire a farinha para retirar toda a matéria fibrosa e impurezas (torrões). O peneiramento é importante para se obter uma farinha de boa qualidade, leve, com uma boa textura e isenta de fibras.

Etapas 9: Embalagem e armazenagem

Ponha a farinha peneirada em sacos de plástico herméticos e impermeáveis, de cor preta. Feche os sacos usando a chama duma vela (ou uma máquina eléctrica de selar, caso tenha electricidade) e rotule-os escrevendo a data de fabrico e a data de expiração (seis meses após a confeccção). Coloque os sacos numa caixa de cartão, para os proteger contra a luz. Guarde as caixas de cartão num lugar seco, fresco e bem ventilado. A farinha assim armazenada durará cerca de seis meses.

28 MILHÕES DE PESSOAS SÃO DIARIAMENTE AFECTADAS PELA FOME NOS PAÍSES DA CPLP

**AJUDE-NOS A CONSTRUIR
UMA COMUNIDADE LIVRE DA FOME!**

CONTRIBUA!

Em qualquer Banco Comercial

**Conta Bancária:
73000003583**

NIB - 006000027300000358360

**JUNTOS
CONTRA
A FOME!**



CPLP



**Ministério
do Desenvolvimento Rural**

juntoscontrafome.cplp@gov.cv

juntoscontraafome.cplp.org

www.mdr.gov.cv



www.mdr.gov.cv



www.facebook.com/MDR.gov.cv

FICHA TÉCNICA:

PROPRIEDADE: Ministério do Desenvolvimento Rural , CP nº 115 - Tel: (238) 261 5713, Fax: (238) 261 4054
EDIÇÃO: Gabinete de Comunicação e Imagem - E-mail: mdr@mdr.gov.cv - Tel: (238) 260 3844
TEXTOS: Jornalistas, Salett Tavares, Domingas Dias e Nadine Horta
IMAGENS: Ibraltino Delgado, Rider Vaz, Domingas Dias e equipa Ha Mar, Ha Terra
GRAFISMO E PAGINAÇÃO: Ibraltino Delgado